

TECNOLOGIA

O impacto da IA no meio jurídico

Especialista alerta sobre o risco de repetição, pelo algoritmo, de vieses preconceituosos e de alucinações.

Página 6



Divulgação



TRIBUNA DO PLANALTO

ANO 38 - Nº 1.824 - R\$ 2 - GOIÂNIA, DE 21 A 27 DE DEZEMBRO DE 2025
WWW.TRIBUNADOPLANALTO.COM.BR

ELEIÇÕES

Daniel Vilela avança em todas as regiões e desponta como favorito em 2026

Liderança nas pesquisas em cidades estratégicas e alto índice de aprovação do governador Ronaldo Caiado pavimentam caminho do emedebista à reeleição. **Página 8**

Secom



ENTREVISTA

JOSÉ MÁRIO SCHREINER

Presidente da Faeg

“O agro não é prioridade para o governo federal”

O representante do setor rural reforça o papel estratégico do agro na economia brasileira, que, segundo ele, segue sustentando o país mesmo em meio às adversidades. **Páginas 4, 5**



Divulgação

ESCOLA

“SUS da Educação” ou mais um plano na gaveta?



Secom/Seduc

Fátima Gavioli, secretária de Educação de Goiás, destaca que o plano anterior cumpriu apenas 30% das metas.

Página 12

ANÁPOLIS

Prefeitura mostra rigor ao demitir médicos por irregularidades na saúde



Divulgação

Há casos em que profissionais permaneceram meses ou até anos sem comparecer ao trabalho, recebendo remuneração. **Página 10**

PODERES

Vereadores fecham ano legislativo em tom de disputa com Mabel



Divulgação

Votações da LDO e da Taxa do Lixo refletem derrotas pontuais, negociações e recuo do Paço. **Página 9**

ORÇAMENTO

Emendas chegam a R\$ 13,8 milhões por deputado



Os deputados aprovaram, em primeira votação, o projeto que estima receita total de R\$ 53,4 bilhões para 2026. **Página 7**

EDITORIAL

Congresso passa a boiada

O Congresso Nacional encerra o ano legislativo deixando como legado um pacote de decisões que agride o senso de justiça e expõe uma perigosa inversão de prioridades. Sob o discurso açucarado da “pacificação nacional”, parlamentares optaram por afrouxar a legislação penal num país já marcado pela impunidade e pela violência estrutural. O chamado PL da Dosimetria, aprovado às pressas, é o símbolo maior desse descompromisso com a sociedade.

Embora vendido como uma correção técnica voltada aos condenados pelos atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, o projeto vai muito além desse recorte. Ao alterar critérios de cálculo de penas e facilitar a progressão de regime, a nova lei abre brechas que beneficiarão criminosos perigosos, incluindo grandes traficantes, líderes de facções e autores de crimes graves. Trata-se de um efeito colateral conhecido, alertado por especialistas, mas convenientemente ignorado pela maioria parlamentar.

É difícil sustentar a coerência de um Parlamento que, numa semana, endurece o discurso contra o crime organizado e, na seguinte, aprova medidas que reduzem o tempo de prisão e flexibilizam punições. A quem interessa essa leniência? Certamente não à população refém da violência, nem às instituições que tentam, com dificuldade, conter o avanço do poder paralelo nas periferias e nos presídios.

Ao mesmo tempo, o Congresso envia sinais ambíguos no campo político. A cassação dos mandatos de Eduardo Bolsonaro e Alexandre Ramagem, ambos foragidos, e a renúncia de Carla Zambelli, presa na Itália, representam um raro gesto de afirmação institucional. São decisões que reafirmam que mandato não é escudo para a fuga nem para o desprezo às regras democráticas.

Ainda assim, o saldo final é preocupante. Entre acenos à impunidade e gestos tardios de responsabilidade, o Parlamento termina o ano distante do clamor social. Pacificar o país não se faz relativizando crimes nem reduzindo penas por conveniência política. Democracia se fortalece com justiça, coerência e respeito à lei, exatamente o que faltou ao Congresso neste fim de ano.

ARTIGO

Split Payment: eficiência fiscal e desafios para empresas

A sanção da Lei Complementar nº 214/2025 estabelece uma importante mudança no sistema de arrecadação de tributos no Brasil ao introduzir o split payment – um sistema de pagamento no qual o valor de uma transação é automaticamente dividido, destinando parte ao vendedor e parte diretamente às autoridades fiscais –, pensado especialmente para a apuração e retenção do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), os dois tributos instituídos pela reforma tributária. Essa medida inovadora objetiva diminuir a sonegação fiscal, promover uma distribuição mais equitativa das

receitas entre a União, Estados e municípios, e transformar a dinâmica fiscal brasileira.

A mudança ocorre da seguinte maneira: com a implementação do split payment, os valores pagos em quaisquer transações comerciais têm divisão automática dos valores destinados às tributações devidas ao Fisco, sem necessidade de apuração e pagamento posterior. Dentro do contexto da reforma tributária, o split payment recai principalmente sobre o IBS e a CBS, proporcionando maior segurança e transparência tanto para os contribuintes quanto para as autoridades fiscais.

Essa alteração requer uma

ARTIGO

O Natal e seu significado

Está chegando o Natal. Os enfeites natalinos estão pela cidade toda, nas ruas, nas lojas, nas casas, nos jardins, os papais noéis invadiram a televisão, os jornais, as revistas, o rádio e até a Internet. Lisboa está linda. Nice está linda, Bruxelas está linda, Florianópolis está linda. E podemos abraçar nossos entes queridos, podemos nos reunir para comemorar o aniversário do Menino Eterno, podemos sorrir, viver, enfim. Ser felizes, por que não? O mundo está em polvorosa, mas não é uma boa hora para refletirmos e tentarmos ser melhores para que os próximos Natais sejam ainda melhores?

Natal, ah, o Natal... esta época mágica de desembrilhar esperanças, de dar de presente carinho, compreensão e amor, de construir e fortalecer a paz e a fé, de engavetar a saudade... Aquela saudade pequena, que vai ficando maior e que vai doendo um pouquinho mais à medida que o Natal vai chegando. Saudade de almas queridas, como do Menino aniversariante, inquilinos vitalícios de nossos corações...

Está aí o Natal, o mesmo Natal que, quando éramos crianças, trazia Papai Noel

com os brinquedos, trazia a árvore enfeitada, guloseimas e canções. Canções que falavam do nascimento de um Menino Encantado que tinha o poder de modificar as nossas vidas, se quiséssemos. Ele representava o ano novo que vinha em seguida, a renovação, significava que a vida seria melhor, que nós, seres humanos, poderíamos ser melhores. Inexorável, vem a adolescência, a juventude e, adultos, vamos deixando aquela esperança mágica de lado, ocupados em sobreviver.

Mas ainda há tempo de ver um raio de luz nascendo no horizonte de nossas vidas, um fio de esperança apontando o futuro. Ainda há um resto de fé se multiplicando, e este é o tempo para multiplicá-lo mais e mais. Porque o Natal é renascimento, é o encontro da paz, é busca do amor: é a comunhão com Deus. É a ternura de um Menino nascendo, é um sentimento maior que nós, homens, ainda podemos exercitar. Há que queremos um Natal completo e por inteiro, um Natal verdadeiro. E o espírito do Natal, que aproxima os homens, pulsará em todo ser. E brilhará nos olhos de toda criatura, luz a colorir a vida, a semear a paz,

sonhada e perseguida. E estará nas mãos de todas as pessoas, carinho a semear ternura. E soará dos lábios de cada um, canção a propagar a fé. Isto é o Natal do coração, presente maior que podemos ter.

Temos a mania de dizer, nós os adultos, que o Natal perde a graça, depois que crescemos. Mas temos que resgatar o nosso eu-criança em algum cantinho do coração, temos que continuar sendo um pouquinho criança para não deixarmos de festejar com a alma e o coração o nascimento do Menino Deus, o aniversário do Homem de Nazaré.

E haveremos de dizer uma prece para comemorar-lhe a grande data e pedir-lhe a bênção neste Natal.



Por Luiz Carlos Amorim – Escritor, editor e revisor – Fundador e presidente do Grupo Literário A ILHA, editor das revistas Suplemento Literário a Ilha e Escritores do Brasil



Fabrizio Caldeira Landim, advogado tributarista, mestre em Direito Tributário



Fundado em 7 de julho de 1986
Estado e impresso por Sistema Planalto
de Comunicação EIRELI.

Fundador e Diretor-Presidente
Sebastião Barbosa da Silva
sebastiao@tribunadoplanalto.com.br

Diretor de Produção
Cleyton Ataídes Barbosa
cleyton@tribunadoplanalto.com.br

Endereço e telefone: AV. ANHANGUERA, SALA 1601, QD 74 LT 9A/11 - PALACIO DO COMERCIO - CEP 74.043-010 / Fone: (62) 3434-1516

Editores
Andréia Bahia
abahiagn@gmail.com

Dhayane Marques
dhayanemarques@gmail.com

Carla Borges
carlazenborges@gmail.com

www.tribunadoplanalto.com.br
Caro leitor, envie sugestões de pautas, críticas, artigos e textos para serem avaliados e publicados.

Departamento Comercial
comercial@tribunadoplanalto.com.br
62 99622-5131

Ajude-nos a fazer a TRIBUNA DO PLANALTO em sintonia com você. Escreva para: redacao@tribunadoplanalto.com.br

Curta e compartilhe
nossas redes sociais



Tribunadoplanalto



@Tribunaplanalto



@Tribunaplanalto

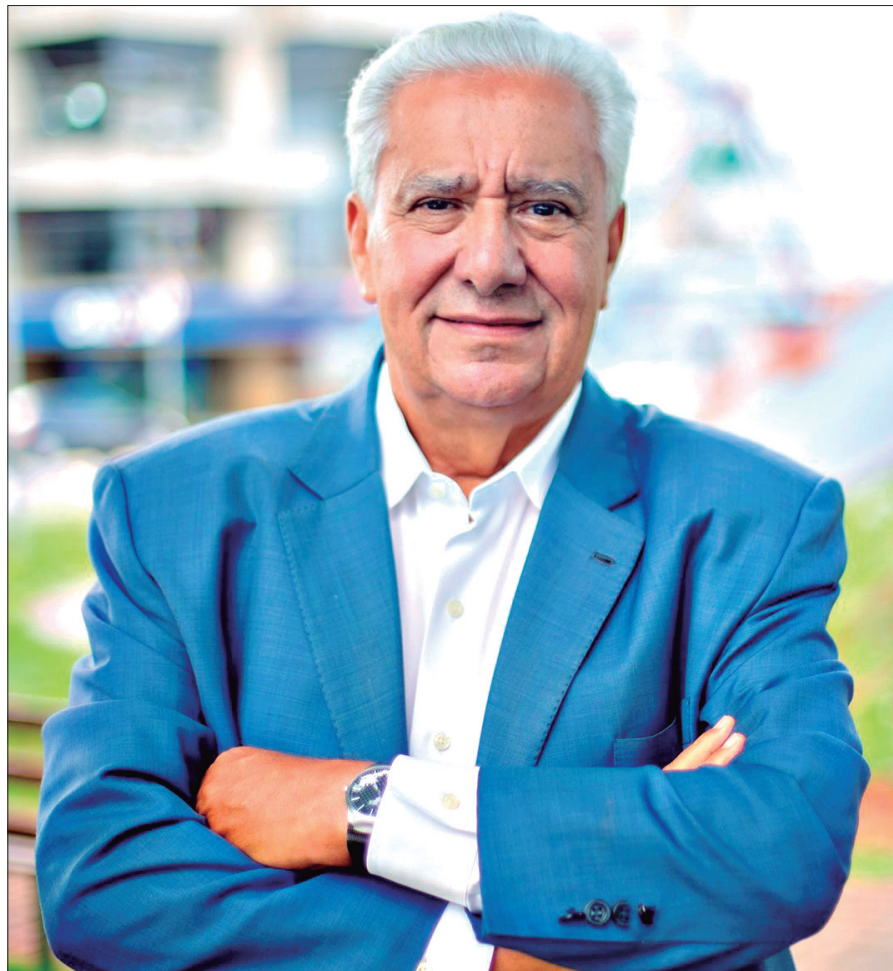


Andreia Bahia
abahiagyn@gmail.com



Vilmar vê Tarcísio como nome mais sólido do centro

Divulgação



Bem-vindo

O ex-prefeito Rogério Cruz foi uma das personalidades da semana política. Ele participou do lançamento da exposição de fotografias de Iris Rezende, na Alego, na quarta-feira, 16. Uma aparição pública meio rara desde que deixou a Prefeitura de Goiânia. Quem estranhou não tem conhecimento da gratidão que Ana Paula Rezende (MDB) nutre pelo ex-prefeito, que a apoiou na primeira fase da criação do Memorial Iris Rezende. Ele era bem-vindo para ela.

Menos é mais

O presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), que a partir de um certo momento assumiu o posto de mestre de cerimônia, chegou a deixar Rogério Cruz fora da lista de falas, mas Ana Paula fez com que ele desse o microfone ao ex-prefeito. Falando em Bruno Peixoto, o deputado vem adotando o perfil instagrammer no mundo real. E não são mudanças sutis.

Avançado

Já sobre a Ana Paula, ela estaria sondando alguns marqueteiros para sua pré-candidatura ao Senado. Projeto está em andamento.

Virou pizza

O relator da CEI da Limpa Gyn, vereador Willian Veloso, concluiu que não houve má-fé da empresa nas falhas detectadas na prestação de serviço ao município. O relator defendeu que não foi constatado desvio de recursos ou nada que justifique medidas judiciais. O vereador Fabrício Rosa queria prorrogar a investigação por mais 120 dias, mas foi voto vencido. O relatório deve ser votado na segunda-feira (22).

Tese de Vitor Hugo

O que ficou da visita de Flávio Bolsonaro a Goiás: o deputado Gustavo Gayer quer a aliança com o UB e MDB, como Major Vitor Hugo sempre defendeu e foi escanteado no partido em razão desse posicionamento. A experiência de Fred Rodrigues em Goiânia mostrou que o PL sozinho não vence majoritariamente. Fred deve sair mesmo a deputado federal. E Wilder Moraes não tem pressa para anunciar sua decisão.

Na avaliação do ex-deputado federal Vilmar Rocha (PSD), o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, é hoje o nome mais sólido do centro para a disputa presidencial. "Não existe candidato ideal", pondera, mas destaca que Tarcísio reúne mais qualidades e experiência para o cargo. O PSD, segundo ele, já sinalizou apoio ao governador paulista caso ele decida concorrer; se isso não ocorrer, o partido deve lançar candidatura própria, com o governador do Paraná, Ratinho Júnior.

Sobre a pré-candidatura do senador Flávio Bolsonaro, Vilmar avalia que a boa receptividade inicial do nome se explica pela percepção de parte do eleitorado de

que o ex-presidente Jair Bolsonaro é uma vítima. Na sua opinião, esse sentimento tende a se diluir com o passar do tempo.

Em relação aos julgamentos dos atos de 8 de janeiro, Vilmar afirma que votaria a favor da dosimetria das penas, defendendo que a punição seja proporcional ao delito. Para ele, não é razoável que pessoas que apenas participaram das manifestações recebam penas iguais às de quem liderou atos de vandalismo e depredação. O ex-deputado também sustenta que o STF não seria o foro natural para esses julgamentos, já que os réus não têm foro privilegiado, cabendo à Justiça Federal a análise dos casos.

Polarização cansa

Pesquisas qualitativas indicam um desgaste crescente do discurso de confronto permanente entre campos políticos. O eleitor pragmático demonstra fadiga com narrativas que priorizam embates simbólicos e passa a valorizar discursos mais objetivos, centrados em gestão e capacidade de entrega. Nesse cenário, candidatos que insistirem exclusivamente na mobilização ideológica correm o risco de falar apenas para convertidos. A eleição de 2026 pode premiar quem conseguir traduzir propostas complexas em soluções simples — e penalizar quem confundir barulho com convencimento.



1 O filme

brasileiro Agente secreto está na lista de filmes favoritos do ex-presidente dos EUA Barack Obama.



2 Alexandre

de Moraes autorizou entrevista de Jair Bolsonaro ao Metrô na próxima terça-feira (23).



3 63% dos

brasileiros são contra o PL da Dosimetria, aprovado no Senado, segundo pesquisa Atlas Intel.

As perdas de Mabel

No projeto de reestruturação da rede de transporte coletivo que tramita na Alego, já aprovado em primeira votação no Plenário, Sandro Mabel foi o grande derrotado. O projeto de lei nº 32186/25, do Poder Executivo, altera o controle do transporte coletivo na Região Metropolitana de Goiânia (RMG). O Governo do Estado passa a ter seis conselheiros na Câmara Deliberativa de Transporte Coletivo (CDTC), hoje são quatro. A nomeação do diretor-presidente passa a ser de competência exclusiva do governo estadual; a Prefeitura de Goiânia perde a prerrogativa de indicar o presidente. Além disso, a CMTC passa a integrar a administração pública do Estado de Goiás, e não mais do Município de Goiânia.

Inadimplência

A CDTC deve terminar de votar ainda antes do Natal a Deliberação nº 21/2025, que propõe a assunção total do custeio do Passe Livre Estudantil pelo Estado. A proposta teve empate na votação de quarta-feira, 16, e serão realizadas outras duas votações para tentar desempatar. Na inauguração da reforma do Terminal do Dergo, o governador Ronaldo Caiado (UB) cobrou os repasses dos municípios inadimplentes. São eles: Goiânia (R\$ 48 milhões); Aparecida (38 milhões); Trindade (24 milhões); e Goianira (14 milhões). Goiânia quer prazo para pagar e ainda parcelar a dívida. Senador Canedo, em dia com os repasses, passou a ter assento permanente no colegiado, enquanto Trindade e Goianira fazem rodízio.

Rejeição silenciosa

O crescimento do eleitor que decide pelo "menos pior" impõe um alerta às campanhas: a rejeição nem sempre se manifesta de forma ruidosa. Diferentemente do eleitor ideológico, esse público evita engajamento público, não milita e raramente declara voto antecipadamente, segundo análise do CEO da Alfa Inteligência, Emanoelton Borges. O comportamento deste eleitor é marcado por desconfiança e ceticismo, o que dificulta a leitura tradicional das campanhas. Para analistas, ignorar esse eleitor pode custar caro, já que ele tende a se mover em bloco nas semanas finais, muitas vezes definindo o resultado sem deixar sinais claros ao longo do processo.

JOSÉ MÁRIO SCHREINER

“Vice não se impõe, se constrói”

Andréia Bahia

TRIBUNA DO PLANALTO

Na apresentação dos resultados de 2025, foi dito que o tarifaço não teve o impacto esperado. Isso porque ele foi suspenso e modificado ao longo do tempo ou não teria mesmo aquele impacto que foi anunciado no início, de que haveria um resultado catastrófico?

JOSÉ MÁRIO SCHREINER

No início, houve aquela preocupação enorme com o tarifaço, que iria prejudicar a balança comercial brasileira, e é claro que alguns cuidados foram tomados - vou falar mais por Goiás - as pessoas que estavam preparando ou que estavam exportando aceleraram muito o processo antes das tarifas começarem a vigir. O que se observou ao longo do tempo é que o tarifaço foi praticamente inócuo para o Brasil. Isso porque os produtos que Goiás exporta, principalmente os Estados Unidos, têm baixa oferta, como por exemplo, a carne bovina. Os Estados Unidos não estão dando conta nem de suprir o povo americano. Café vai do Brasil, porque eles não produzem café. Houve duas cadeias que foram prejudicadas, a dos açúcares, os orgânicos, principalmente, e dos pescados. A carne podemos observar que praticamente dobrou. E não só os Estados Unidos estão na contramão da produção de carne bovina. A Argentina também está num processo de baixa oferta de carne vermelha e a Austrália também. É uma oportunidade para que o Brasil possa se colocar cada vez melhor no mercado internacional de carne bovina. O tarifaço mostrou isso, tanto que em muitos outros aspectos o (Donald) Trump teve que recuar, baixando as tarifas a nível normal. Eu diria assim: 'eu vou colocar aquela dificuldade ali, vou colocar esse bode na sala para ver como é que vai'. Na verdade, está voltando tudo como era antes.

O governo lançou linhas de crédito para poder atender mercados que eventualmente seriam afetados pelo tarifaço. O senhor disse que alguns produtores renegociaram suas dívidas e que mesmo assim a inadimplência do setor aumentou. Considerando que não houve impacto, o que explica a situa-



Fotos: Divulgação

José Mário Schreiner

Presidente da Faeg

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner faz uma análise direta e crítica do momento vivido pelo agronegócio brasileiro. Na entrevista, ele avalia os efeitos do tarifaço norte-americano, aponta as reais causas da inadimplência no campo e critica a política fiscal e de crédito do governo federal. Schreiner defende que, apesar de recordes de produção, o produtor

ção dos produtores rurais?

Uma coisa, uma coisa; outra coisa, outra coisa. Nada a ver com o tarifaço, que afetou empresas que eventualmente exportavam para os Estados Unidos e tiveram uma certa dificuldade. Houve renegociação em função da dificuldade do setor agropecuário. Muitas vezes o agro vai muito bem, porque o agro é uma locomotiva cheia de energia, cheia de carvão, com vapor suficiente, puxando todos os vagões, e ela não para de uma hora para a outra, porque a inércia dos vagões empurra a

locomotiva. Na safra passada, batemos recorde de produção do Brasil, 350 milhões de toneladas, recorde de produção em Goiás, 37 milhões de toneladas. Imaginar que ontem nós colhíamos 8, 10 milhões de toneladas e hoje estamos com quase 40. Ocorre que os preços dos principais produtos caíram, a soja era R\$180 caiu para R\$110, milho era R\$80, R\$90 e caiu para R\$50. O custo de produção continuou alto desde a pandemia, quando continuamos produzindo, os preços subiram e o custo subiu. Mas o custo não caiu o sufi-

rual enfrenta queda nos preços, custos elevados e juros proibitivos. Também aborda a ausência de um seguro rural eficiente, as barreiras comerciais ambientais impostas pela União Europeia e os desafios climáticos. Sem fugir do debate político, comenta o cenário eleitoral de 2026 e reforça o papel estratégico do agro na economia brasileira, que segue sustentando o país mesmo em meio às adversidades.

ciente e o preço das commodities caiu. Aliado a tudo isso, a irresponsabilidade fiscal do governo federal, da ganância, de não obedecer arcabouço fiscal, e isso que estamos vendo, essa balbúrdia do governo federal em relação à economia brasileira, que faz com que a Selic esteja a 15%, juros reais altíssimos, mais 5%, 6%, além da Selic, que vai para 20%, o que levou o setor agropecuário a uma dificuldade muito grande. Vínhamos de uma inadimplência de menos de 1% em 2023, pouco mais de 1% em 2024, e hoje já esta-

“ O custo de produção está alto desde a pandemia, quando os preços e o custo subiram. Mas o custo não caiu o suficiente e o preço das commodities caiu. ”

mos com 11% de inadimplência, o que é muito alto. Além do que, em Goiás, já foram renegociados R\$4 bilhões. Aí as pessoas podem perguntar: por que o produtor não para de plantar? Porque é uma máquina contínua. Ele já tinha o financiamento no banco, tem seus compromissos, tem tudo estabelecido, e precisa continuar. O custo de produção está em 53 sacos por hectare. Isso é um custo maluco. Se somar arrendamento, vai para 70. A média do estado de Goiás é 68. E quem não colhe isso já levou prejuízo. Aliado a isso, tem também a baixa oferta de crédito do governo federal. O governo federal propaga R\$590 bilhões de crédito rural. Na verdade, o que tem algum subsídio é pouco mais de R\$100. O resto é recurso dos bancos que o governo diz que é Plano Safra, mas não é dele. Ele usa chapéu alheio para falar que faz e não faz. O produtor está suportando tudo isso nas costas. Ele está usando recurso próprio, as empresas estão financiando, tem produtor vendendo pedaços de terra para plantar, continuar na atividade, conseguir suprir os outros compromissos. Em 2026 não vai ser diferente, tem que ter muita cautela. Se o produtor conseguir empatar o seu custo de produção com o preço de venda, ele já deve travar essa produção. 'Não, eu vou sobreviver, vou ficar só respirando bem devagarzinho, para não forçar o pulmão, aquele respiro leve, para tentar passar.' Tem um outro fator que ocorre: se muitos produtores ficarem fora e não conseguirem mais plantar, a produção vai continuar andando, porque outros produtores vão vir produzir. Esse é o agro brasileiro, esse gigante que às vezes as pessoas não conseguem enxergar, é um gigante que tem levado o Brasil nas costas: 27% do PIB, mais de 30% dos empregos, 50% das exportações vêm desse setor. Produtor é uma pessoa que acorda cedo, trabalha, dedica, coloca o seu patrimônio, vende um pedaço de terra para plantar, para continuar na sua atividade.

O setor tem uma proposta para resolver essa questão da inadimplência?

Renegociar dívida é um negócio chato, difícil, mas nós vamos ter que enfrentar. Por que vamos ter que renegociar? Porque não tem seguro. O governo não se importa. Nós trabalhamos há 20 anos buscando ter seguro, produzir seguro, fazer um seguro eficiente. Não tem. Hoje, 7% da agricultura brasileira tem seguro rural. Nos Estados Unidos, 85%.

O seguro cobre a quebra de safra, mas não essa diferença de custo de produção.

Mas tivemos quebra de safra, não nesse ciclo, mas dois anos atrás, e não teve seguro. Tem um outro tipo de seguro, que é o seguro de preço, o spread. O governo federal precisa incentivar, precisa bancar parte do prêmio que o seguro é caro, 5%, 6% do custo de produção. O governo, em vez de ficar jogando dinheiro para cá, para lá, coloca um prêmio no seguro. 'Produtor, quanto custa para você segurar a sua lavoura? A minha lavoura custa 10 mil reais. Tá bom, eu não vou te dar dinheiro subsidiado, mas eu vou te dar a metade do seguro.' Está resolvido. Agora é preciso ter alguém que tenha essa percepção e essa sensibilidade.

Essa proposta tem porta-voz?

Tem porta-voz, mas não tem quem ouve no governo federal. Porque é um governo que não olha para essas coisas. O foco desse governo é perenizar os seus eleitores. Uma coisa é eu pensar no estado de Goiás, eu ter senso público e pensar no meu país; outra coisa é eu pensar na próxima eleição.

A falta de sensibilidade do governo com as demandas do agro está relacionada à polarização?

Não é prioridade. E o agro vai andando, vai se virando, mas muita gente vai morrendo, é uma guerra, muita gente vai ficando pelo caminho. Só que ninguém nem enxerga os mortos. Não tem ninguém nem para catar os defuntos no meio do caminho. Eles ficam lá, a Deus dará.

Um dos fatores positivos do ano foi a abertura de novos mercados. O governo Lula fala que abriu 500 novos mercados para o agronegócio. Isso se confirma?

São coisas que já estavam andando, ninguém faz nada de uma hora para a outra. Isso já vinha com a (ex-ministra) Tereza Cristina fazendo, outros fazendo. De repente, eu tinha um problema naquele casquinho interno da unha do porco, e tinha que ter uma licença do órgão de animal lá e resolveu. Mas a gente tem que

enaltecer esse trabalho, o Ministério da Agricultura tem trabalhado nisso, sim, e isso é importante para o Brasil. Mas ninguém faz nada sozinho, isso já vinha acontecendo.

Uma das previsões para 2026 que podem impactar o agro são as barreiras comerciais. Quais as barreiras comerciais que o Brasil pode enfrentar em 2026?

Difícil prever as barreiras comerciais, mas muita coisa tem sido colocada, a União Europeia tem aprovado leis do Due Diligence (Sustentabilidade Corporativa) e outras tantas, já chegaram a prorrogar por mais de um ano, de que não pode produzir soja em áreas que foram abertas depois de 2020.

São barreiras de natureza ambiental?

No fundo, uma barreira comercial disfarçada de barreira ambiental. Nós não podemos aceitar porque a União Europeia quer impor regras supralais. Nós temos um Código Florestal brasileiro que permite com que o produtor possa utilizar até 80% da área no Cerrado, 65% na transição e 20% na Amazônia, 80% da reserva. E eles falam que não aceitam produção em áreas que foram suprimidas depois de 2020. Quem são eles para ditar leis para nós? Eles querem ditar regras para nós que eles não têm. Nós chegamos de lá há 20 dias e até nas beiradas dos corguiños eles plantam tudo. Nós preservamos o córrego e temos as nossas reservas legais, nós damos exemplo nas questões ambientais do Brasil. O pior é que essa narrativa é criada aqui dentro, por brasileiros que não gostam do Brasil, criam essa cortina de fumaça e levam para lá. E de lá para cá vem em forma de barreira. Não podemos aceitar e ficar calados. A melhor estratégia é ir lá e mostrar, ou fazer o que já está sendo feito, a CNA faz muito bem, pega os embaixadores em Brasília dos países e os leva para conhecer o agro brasileiro, em Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, para eles verem se é agro sustentável, do plantio direto, da sustentabilidade, da energia renovável, com placas solares, com biogás, enfim, mostrar esse agro sustentável e eles ficam todos boquiabertos.

Em 2026, outro elemento que pode causar algum impacto são as condições climáticas, inclusive a La Niña. Qual a responsabilidade do agro nessa questão climática e o que pode ser feito para que o próprio agro contribua para essa questão?

O agro tem contribuído de forma decisiva, se analisarmos as emissões de carbono do agro, são insignificantes perante o que o



O agro é uma locomotiva cheia de energia, cheia de carvão, com vapor suficiente, puxando todos os vagões, e ela não para de uma hora para outra, porque a inércia dos vagões empurra a locomotiva.

mundo emite. Cada vez mais vamos buscar sustentabilidade, atrás de programas como o ILPF, Integração Lavoura, Pecuária e Floresta, e outros programas de alta sustentabilidade, além do que já temos de forma natural. Essa é uma questão contínua, que temos trabalhado muito para ter esse agro sustentável, para evitar emissões de carbono e acima de tudo, para poder contribuir. Por exemplo, o programa de agricultura de baixo carbono pega uma área degradada - existe uma linha de financiamento, só que com pouco recurso - e transforma numa área altamente produtiva, com pastagem boa e que capta carbono. Esse é um programa bacana que a gente precisa incentivar, mas falta mais recursos para financiar. Se pudermos aumentar a nossa área em Goiás, muito em áreas de pastagens degradadas, transformo em agricultura regenerada, e com isso capturar mais carbono.

O ex-senador Luiz do Carmo (Podemos) vem buscando apoios políticos para ser o candidato a vice na chapa de Daniel Vilela (MDB). Ele diz ser um representante do campo. Como o senhor se vê nesta disputa como o ex-senador?

Não existe disputa.

Ele diz representar no agro.

Se ele se auto propala pré-candidato a vice, porque não existe candidatura a vice do agro, ele deve ter algum parâmetro; e a pergunta tem que ser para ele. Alguém já escutou falar que eu sou pré-candidato a vice-governador?

O senhor me disse que seu nome estaria à disposição para ser candidato a vice-governador, e apenas vice.

Sim, pré-candidatura a vice se houver essa predisponibilidade do governador, de outros e tudo mais, numa concordância verbal, mas disputa jamais. Eu poderia me dispor, porque eu não sou candidato a legislativo. Eu não sou pré-candidato a deputado estadual, eu não sou pré-candidato a federal, não sou pré-candidato a senador. Em outra situação, se houver concordância, tudo bem, mas não é imposição, como uma missão. Eu nunca fui de correr de uma missão. Se as pessoas acreditarem e o grupo acreditar, se há uma concordância, se há uma vontade popular, tudo bem. Agora, jamais eu fui impor.

A quem caberá definir o candidato vice na opinião do senhor?

Ao governador Ronaldo Caiado, com certeza. E também, é claro, com a concordância de Daniel Vilela, que é o pré-candidato a governador.

Qual a melhor composição? Daniel é um político do Sudoeste filiado ao MDB. Qual perfil comporia uma chapa competitiva com o Daniel?

É muito difícil, teria que ser uma complementaridade talvez com algum setor, talvez a visão externa com um pouco mais de experiência, talvez nesse rumo.

O senhor complementaria Daniel em uma chapa de que maneira?

Quem tem que enxergar isso são as pessoas, não sou eu. Não posso fazer uma autoanálise. As pessoas precisam enxergar.

O senhor foi deputado federal por quatro anos e não quis disputar a reeleição. Por que não mais o parlamento? Até porque o senhor tem um perfil

legislativo, tem uma visão ampla sobre leis e projetos.

Quando eu falo de lei, porque aprendi desde criancinha a seguir normas e regras com disciplina, e isso é uma forma legal, de lei. Eu não posso transgredir o processo legal, porque eu sou um fora da lei. Eu trabalho dentro das quatro linhas. Jamais vão ver eu falar, ou fazer, ou executar, ou defender algo que está fora das quatro linhas. Por isso que eu falo de forma legal, e faço questão sempre de ressaltar. E a todos que trabalham comigo, eu falo olha, dentro do que é legal. Isso a gente aprende em casa. Olha, você pode fazer daqui até aqui; daqui para cá também não pode.

O Legislativo está descartado?

Não é questão de descartar. Existe no Legislativo, e isso piorou bastante com a polarização política no Brasil, algo bastante interessante, que são os debates nas comissões técnicas, Eu não vou negar isso, é um debate bacana. Quando se discute projetos ali, se discute com pessoas que pensam diferente de você e você sustenta no debate as questões. Quando vai para o plenário e se vê aquele debate intenso, acalorado, enfeitado, um tiro de extremos, ali, sinceramente, eu vejo muita perda de tempo. E, infelizmente, a população brasileira, e não pode ser diferente, ela enxerga ali como se fosse o Legislativo. E no meu entendimento, há momentos ali que são muito ruins até para a imagem do Legislativo, aquele debate inócuo. Não leva absolutamente a nada, muitas vezes fica-se lá num debate inócuo até duas, três horas da manhã, sem produção nenhuma. É claro que a gente não pode dizer nunca mais, na vida não existe isso. Mas leva a gente a ser mais resolutiva, a buscar mais o resultado. Eu não vou negar, tem uma parte muito bacana lá, que é das comissões e que eu, particularmente, gostava muito e defendi muito, trabalhei muito nas comissões. Aquele debate ali no plenário, não.

Em relação ao Fundeinfra, qual o futuro do programa em relação ao convênio com o Ifag?

As obras estão acontecendo.

Aquelas que estavam em andamento. E daqui pra frente?

As outras obras, a Goinfra está tocando, são muitas obras. Aquelas que porventura foram descontinuadas vão continuar de uma forma ou de outra. Eu não sei se vai chegar a totalidade, mas o valor das obras já estavam todos definidos. O recurso total do Fundeinfra já estava sendo resolvido.

Leia mais no site

www.tribunadoplanalto.com.br

TECNOLOGIA

Uso de IA impacta meio jurídico e suscita debates éticos

Professor e PhD Alexandre Rodrigues, especialista em neurociência e aplicação prática da IA, alerta que ferramentas são auxiliares e não dispensam trabalho intelectual do jurista

Carla Borges

O uso de ferramentas de inteligência artificial (IA) já impacta diretamente a advocacia, os tribunais e a forma como o sistema de Justiça brasileiro opera. Bem utilizadas, elas podem ser aliadas para elaboração de minutas de petições e até mesmo de decisões, com apontamento de jurisprudência e dados estatísticos. No entanto, ao mesmo tempo que a IA vem redefinindo o papel do advogado, levanta debates urgentes sobre ética, responsabilidade e limites do uso tecnológico no Direito.

Em entrevista à Tribuna, o professor e PhD Alexandre Rodrigues, especialista em neurociência e aplicação prática da IA, alerta que as ferramentas de inteligência artificial jamais dispensam o olhar capacitado do profissional do Direito. “Nas mentorias e palestras que ministro para advogados, mostro os recursos da IA e como interagir melhor com ela, para obter bons resultados”, relata Rodrigues, autor do livro “IA aplicada ao Direito — O

manual definitivo”, pela Editora DVS.

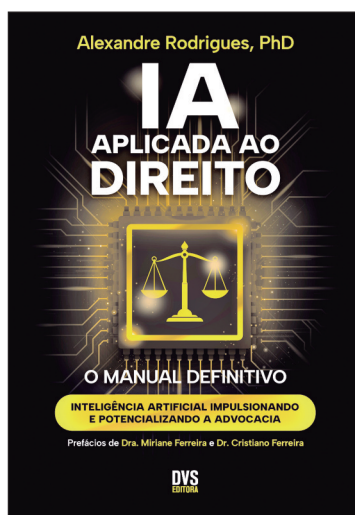
A obra é resultado dos treinamentos para o uso das várias ferramentas de LLM (Large Language Model ou Grande Modelo de Linguagem) e de seus recursos. “O livro não ensina o advogado a montar uma peça, mas aponta recursos para análise detalhada, até sobre o perfil de um juiz e como seria uma provável decisão”, aponta o autor.

De acordo com Rodrigues, os modelos de linguagem como o ChatGPT já são utilizados em atividades como pesquisa jurídica, análise de documentos, simulação de depoimentos, identificação de inconsistências probatórias e apoio à tomada de decisões estratégicas. “São recursos muito mais interessantes do que criar uma peça”, analisa. Em passagem recente pelo Brasil, em palestra para um grupo de advogados, ele fez em tempo real uma peça usando os prompts (comandos) adequados, simulando a distribuição a dez juízes distintos. Ao final, a IA fez a compilação probabilística equiva-



Divulgação

Alexandre Rodrigues, especialista em neurociência e aplicação prática da IA: “Não há uma consciência de máquina”



lente. “Ajuda a personalizar”, pontua o professor.

ALUCINAÇÕES

Dois aspectos éticos importantes devem ser consi-

derados e requerem atenção dos profissionais que usam a IA como auxiliar no trabalho: o risco de repetição, pelo algoritmo, de vieses preconceituosos e o de alucinações, quando a IA disponibiliza legislações e jurisprudências erradas e até inventadas. Há relatos, em publicações especializadas em Direito, de fatos que causaram constrangimentos e prejuízos a advogados e magistrados em função desse mau uso da inteligência artificial.

São problemas como alucinações de dados, relacionados ao sigilo profissional, responsabilidade civil, ética na produção de provas e o perigo da automação sem valida-

ção humana. Para Rodrigues, o maior risco não é a tecnologia em si, mas o uso sem método, critério e consciência jurídica. Nesse sentido, é natural que o uso de IA no direito passe a exigir novas regulações, capacitação profissional e uma mudança de mentalidade na formação jurídica.

Rodrigues observa que não existe, atualmente, nenhuma LLM isenta de alucinações. “Nenhuma garante 100% que não vai alucinar, temos bons índices, de 80% a 90%, mas estamos longe de alcançar 100%”, reconhece. O motivo é que essas IAs aprendem com o histórico de dados. “Não há uma consciência de máquina que há contrapor esse histórico. Se os dados que vêm têm vieses, de preconceitos, por exemplo, ela vai reproduzir esses vieses”, esclarece.

Tomando como exemplo o Chat GPT, da versão 2.5 até a 5.2, Rodrigues observa que as mais atuais estão bem mais reforçadas. Além disso, há uma competição mercadológica, que sempre leva a inovações e à busca de maior segurança e de mais funcionalidades. Em seu livro e nas palestras, ele ensina como configurar o Chat GPT e outras LLM, como Gemini, para obter melhores resultados. Mas é um trabalho contínuo, porque a evolução é rápida.

Berna: ferramenta de IA do TJGO é lançada nacionalmente pelo CNJ

O sistema de inteligência artificial Berna, criado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), foi lançado nacionalmente nesta quinta-feira (18) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), durante o evento “Inteligência Artificial no Poder Judiciário e o Projeto Conecta”. A cerimônia de lançamento foi realizada no auditório do CNJ, em Brasília, com a presença do presidente do TJGO, desembargador Leandro Crispim, e do corregedor-geral da Justiça de Goiás, desembargador Marcus da Costa Ferreira.

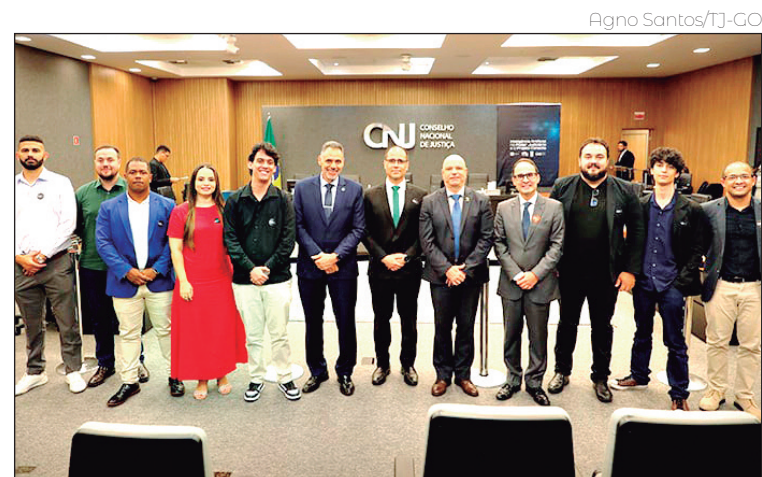
A Berna foi desenvolvida

para ler e organizar petições iniciais semelhantes, ajudando o Judiciário a identificar ações repetitivas, conexões entre processos e possíveis abusos. A solução, desde 2020, é usada em Goiás e agora passa a integrar a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro (PDPJ-Br), podendo ser adotada por tribunais de todo o país. Com a nacionalização, o CNJ passa a cuidar da governança e do acesso à ferramenta. A apresentação fez parte do Projeto Conecta, que promove a integração de soluções tecnológicas no Judiciário.

O Conecta surgiu no âmbito

do Programa Justiça 4.0, iniciativa do CNJ que visa mapear, conectar e disseminar soluções tecnológicas com potencial de replicação em todo o país. Estruturado como uma rede de inovação, o projeto identifica práticas promissoras e oferece suporte para sua incorporação à PDPJ-Br, a plataforma digital que centraliza os sistemas judiciais nacionais.

A iniciativa funciona como uma incubadora de ideias e tecnologias, identificando projetos aptos a contribuir com a eficiência judicial, efetivando a integração às bases nacionais e viabilizando o acesso por tribu-



Agno Santos/TJ-GO

Berna: ferramenta de IA do TJGO é nacionalizada pelo CNJ e fortalece inovação no judiciário

nais de todos os estados.

INOVAÇÃO

Em seu pronunciamento, o presidente do TJ-GO, Leandro Crispim, destacou que o CNJ avança na consolidação de uma política judiciária nacional de

inovação, orientada pela integração, governança e racionalidade no uso da inteligência artificial, a exemplo do Projeto Conecta, “que transforma experiências locais bem-sucedidas em soluções de amplo alcance para os tribunais brasileiros”.

LEI ORÇAMENTÁRIA

Em primeira votação, Orçamento de 2026 é aprovado na Alego; emendas chegam a R\$ 13,8 milhões por deputado

Com receita estimada em R\$ 53,4 bilhões, texto avança na Alego sem votos contrários, mas provoca críticas da oposição sobre planejamento e execução dos recursos

Arthur Oliveira*

A proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 deu o primeiro passo rumo à aprovação definitiva na Assembleia Legislativa de Goiás (Alego). Após passar pela Comissão de Tributação, Finanças e Orçamento, sessões ordinárias, extraordinárias, todas realizadas nesta quinta-



Sérgio Rocha

Deputados aprovam, em primeira votação, o projeto da Lei Orçamentária de 2026 durante sessão extraordinária no plenário da Alego

feira (18), os deputados aprovaram, em primeira votação, o projeto que estima receita total de R\$ 53,4 bilhões para o próximo exercício.

O texto, registrado sob o nº 24418/25, passou sem votos contrários, com 21 parlamentares favoráveis, e segue para segunda e última votação, prevista para segunda-feira (22). A deliberação final deve ocorrer na quarta-feira (24), com expectativa para o encerramento dos trabalhos legislativos do ano.

A proposta fixa despesas no

mesmo montante da receita, sendo R\$ 35,8 bilhões destinados ao orçamento fiscal, R\$ 16,3 bilhões à seguridade social e R\$ 1,24 milhão ao orçamento de investimentos. A previsão representa crescimento de 13,8% em relação à estimativa da LDO de 2025, com Receita Corrente Líquida projetada em R\$ 47,3 bilhões. Entre as principais fontes estão ICMS (R\$ 19 bilhões), IPVA (R\$ 1,4 bilhão), IRRF (R\$ 3,4 bilhões) e transferências da União (R\$ 11 bilhões).

Relator da matéria, o deputa-

do Lineu Olímpio (MDB) destacou que o orçamento de 2026 cresceu 7,6% em relação ao de 2025, percentual acima da inflação projetada pelo IPCA. A previdência concentrará R\$ 9,8 bilhões, seguida por educação (R\$ 7,7 bilhões), segurança pública (R\$ 5,6 bilhões) e saúde (R\$ 5,5 bilhões). A folha de pagamento segue como a principal despesa, com previsão de R\$ 29,4 bilhões, o equivalente a 56,4% do orçamento total.

EMENDAS

No campo das emendas, foram apresentadas 994 individuais impositivas; essas são propostas de lei que torna obrigatória a execução de obras, projetos e serviços pelo Poder Executivo. Entre as apresentadas, todas foram acatadas, o que garante cota de até R\$ 13,8 milhões por parlamentar. As 12 emendas não impositivas foram rejeitadas, assim como sete emendas de texto. Das duas emendas da Mesa Diretora, uma foi aprovada, no valor de R\$ 15 milhões.

Durante a sessão, parlamen-

tares da oposição apresentaram críticas. O deputado Antônio Gomide (PT) questionou a efetividade das audiências públicas e apontou possíveis falhas no planejamento, especialmente na saúde. Já a parlamentar Bia de Lima (PT) elogiou o trabalho do relator, mas demonstrou preocupação com a valorização dos servidores da educação, da UEG e com o financiamento da primeira infância.

Em seguida, o Delegado Eduardo Prado (PL) defendeu ajustes para ampliar a autonomia parlamentar e a transparência na execução das emendas. Em resposta, Lineu Olímpio afirmou que parte das demandas já foi atendida por ajustes operacionais do Executivo. O líder do Governo, Talles Barreto (UB), parabenizou o relator e ressaltou os indicadores positivos da gestão, destacando que há acordo para suplementações, se necessárias, para garantir a execução das emendas.

*Arthur Oliveira é estagiário sob supervisão de Andréia Bahia

Vem pro Natal do Bem

O maior Natal gratuito do Brasil

A magia do Natal chegou em Goiás com muito encanto, trazendo neve artificial, brinquedos, uma árvore de Natal gigante, espetáculos incríveis e muito mais. O Natal do Bem espera você e toda sua família. Vem!

Natal do Bem

CVG GOIÁS SOCIAL

RETOMADA Secretaria do Estado da Infraestrutura GOIÁS O ESTADO QUE DA CERTO

De 14 nov a 04 jan

Centro Cultural Oscar Niemeyer De terça a domingo 18h às 23h

CONFIRA A PROGRAMAÇÃO

ELEIÇÕES

Daniel Vilela avança em todas as regiões e desponta como favorito em 2026

Liderança nas pesquisas em cidades estratégicas e alto índice de aprovação do governador Ronaldo Caiado pavimentam caminho do emedebista à reeleição

Da Redação

O vice-governador Daniel Vilela (MDB) amplia sua liderança em diferentes regiões de Goiás e consolida o nome mais competitivo da sucessão estadual de 2026. O desempenho nas pesquisas em cidades estratégicas reflete a combinação

entre a alta aprovação do governo Ronaldo Caiado (União Brasil), a capilaridade da base política formada por MDB e União Brasil e a forte presença do vice-governador no interior do estado.

Levantamento da AtlasIntel, divulgado nesta semana, aponta cerca de 80% de aprovação de Caiado — a maior entre todos os governadores —, índice que reforça o ambiente favorável à continuidade administrativa em Goiás. Esse cenário é potencializado pela força política do bloco governista, que reúne os principais partidos e o respaldo de mais de 220 prefeitos, formando a maior rede de sustentação municipal já registrada no estado. Com a desincompatibilização de Caiado para a disputa presidencial, em abril, Daniel Vilela assume o comando do Executivo e entrará no processo eleitoral como candidato à reeleição.

PESQUISAS EM CIDADES

Os números nas principais cidades confirmam essa tendên-



Daniel Vilela (MDB) amplia sua liderança em diferentes regiões de Goiás e confirma favoritismo

cia. Em Rio Verde, quarto maior colégio eleitoral de Goiás e polo econômico do Sudoeste, pesquisa do instituto Directa Pesquisas mostra Daniel com 28,2% das intenções de voto, 10,8 pontos à frente do ex-governador Marconi Perillo (PSDB). O desempenho é atribuído ao forte apoio local, liderado pelo prefeito Wellington Carrijo (MDB) e pelo ex-prefeito

Paulo do Vale, principal liderança política da região, além dos deputados Lucas do Vale e Marussa Boldrin, que integram a base governista na região.

No Entorno do Distrito Federal, região estratégica do ponto de vista eleitoral, Daniel também aparece na liderança. Em Formosa, ele registra 24,6% das intenções de voto, abrindo

vantagem de 10,7 pontos sobre Marconi. O resultado reflete o avanço da base governista na região, onde prefeitos e lideranças locais reforçaram o alinhamento com o Palácio das Esmeraldas, ampliando a presença do grupo liderado por Caiado e Daniel.

Em outros municípios do interior, a vantagem é ainda mais expressiva. Em Campos Verdes, Daniel alcança 58,7% das intenções de voto, contra apenas 10,9% do segundo colocado, vantagem superior a 47 pontos percentuais. O cenário se repete em Itapaci, onde o vice-governador soma 34,5%, mais que o dobro do ex-governador, e em Itapirapuã, onde lidera com 26,4%, abrindo 12,1 pontos de vantagem. Em Uruaçu, no Norte goiano, levantamento do Instituto Gazeta de Pesquisas (Igape) aponta Daniel Vilela com 36,8%, mais de 20 pontos à frente do segundo colocado, resultado reforçado pelo apoio do prefeito Machadinho (MDB).

Maioria da população goiana prefere continuidade da gestão Caiado

O favoritismo de Daniel Vilela também encontra respaldo direto na opinião do eleitorado goiano. Pesquisa da Goiás Pesquisas, encomendada pelo portal Mais Goiás e divulgada no início de dezembro, revela que 69,6% dos entrevistados consideram importante que a gestão de Ronaldo Caiado tenha continuidade por meio da eleição de seu sucessor. Apenas 14,9% avaliam essa continuidade como pouco importante, enquanto 8,9% afirmam que o fator não tem nenhuma relevância.

Os dados dialogam com levantamento anterior da Genial/Quaest, realizado em agosto, no qual 73% dos goianos afirmaram que Caiado “merece” eleger seu sucessor, contra 18% que discordam. A leitura é reforçada pelo alto índice de aprovação pessoal do governador, que alcançou 85,6% segundo a Paraná Pesquisas, com apenas 10,9% de desaprovação, divulgada no início do mês. O conjunto dos números indica que o eleitorado associa o atual ciclo de gestão a resultados posi-

tivos e sinaliza preferência clara pela manutenção do modelo administrativo.

BAGAGEM

A consolidação de Daniel Vilela também se apoia em sua trajetória política. Filho do ex-governador Maguito Vilela e indicado para a vice-governadoria pelo ex-governador e principal líder do MDB, Iris Rezende, Daniel construiu carreira própria, tendo exercido mandatos de vereador, deputado estadual, deputado federal e, atualmente, vice-governador. Ao longo dos últimos três anos, atuou de forma integrada ao governador Ronaldo Caiado, participando da formulação e execução das políticas públicas que hoje apresentam aprovação recorde.

Com base política sólida, apoio majoritário das lideranças municipais, desempenho consistente nas pesquisas em todas as regiões de Goiás e respaldo de uma gestão estadual amplamente aprovada, Daniel Vilela entra em 2026 com as condições políticas, administrativas e eleitorais mais robustas para ser reeleito em outubro.

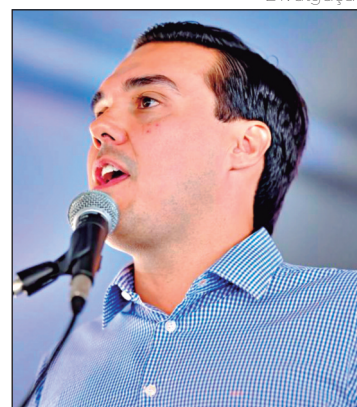
MUNICIPALISMO

Lideranças celebram ação do Estado que regulariza passivos do Goiás na Frente

Uma articulação do Governo de Goiás junto ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) resultou na aprovação de resolução normativa que estabelece critérios para o arquivamento de prestações de contas e de tomadas de contas especiais relativas a convênios antigos firmados entre o Estado e municípios. A medida alcança acordos do programa Goiás na Frente, firmados pela gestão do então governador Marconi Perillo (PSDB) no ano de 2017, e permite o encerramento de passivos que se arrastavam há anos.

O Goiás na Frente firmou 395 convênios com 221 municípios em 2017, com previsão de R\$ 500 milhões em investimentos. No entanto, de acordo com levantamento do Estado, apenas quatro municípios receberam integralmente os valores previstos e concluíram as obras: Mundo Novo, Bonfinópolis, Jesúpolis e Sítio D'Abadia. Os demais ficaram com pendências decorrentes por ausência de repasses.

Presidente da Federação Goiana de Municípios (FGM) e prefeito de Jaraguá, Paulo Vítor Avelar (União Brasil) afirmou



José Délio Júnior, presidente da AGM: “Segurança para as prefeituras”

que a falta de pagamento gerou consequências administrativas para as prefeituras. “Além de não receberem o recurso para a obra anunciada, muitos municípios passaram a figurar como inadimplentes. A maioria não conseguiu concluir o serviço nem arcar com a conta, e isso também impediu a contratação de empréstimos para resolver a situação”, disse.

A norma aprovada permite superar bloqueios administrativos que atingiam 32 prefeituras e 10 entidades, que estavam impedidas de receber emendas parlamentares e celebrar convênios com os governos esta-

dual e federal por falta de certidões. A proposta foi apresentada pelo Estado e elaborada pelo TCE-GO em conjunto com a Controladoria-Geral do Estado (CGE).

Para o presidente da Associação Goiana de Municípios (AGM) e prefeito de Hidrolândia, José Délio Júnior (União Brasil), a medida estabelece parâmetros para a relação entre Estado e municípios. “Além de enfrentar um passivo antigo, a iniciativa do governador Ronaldo Caiado (União Brasil) e do vice-governador Daniel Vilela (MDB) cria regras para a celebração de convênios. Isso traz segurança jurídica e previsibilidade para as prefeituras”, afirmou.

No levantamento que embasou o arquivamento, o Estado identificou 1.741 processos, que originaram 1.574 convênios com 241 municípios, além de 167 instrumentos firmados com entidades privadas sem fins lucrativos. Em 163 casos, os convênios foram formalizados sem repasse de recursos. Também foram instauradas 219 Tomadas de Contas Especiais, todas relacionadas a instrumentos antigos.

PODERES

Vereadores fecham ano legislativo em tom de disputa com Mabel

Alex Malheiros



Prefeito vê destravar o orçamento enquanto Câmara avança com revogação da Taxa do Lixo

Votações da LDO e da Taxa do Lixo refletem derrotas pontuais, negociações e recuo do Paço

Lucas de Godoi

A última semana do ano legislativo na Câmara de Goiânia será marcada por um ambiente de negociação e disputa aberta entre vereadores e o Paço Municipal, com avanços simultâneos em duas frentes sensíveis para a gestão do prefeito Sandro Mabel (UB). De um lado, o Legislativo destravou a tramitação do orçamento e, de outro, manteve viva a proposta de revogação da Taxa do Lixo, deixando em aberto uma decisão que pode chegar ao plenário já na próxima segunda-feira (22).

O movimento conjunto revela um padrão de disputa política, em que o governo precisou ceder para assegurar o andamento do orçamento enquanto via sua base ser derrotada em uma pauta tributária impopular.

No caso da Lei de Diretrizes Orçamentárias,

aprovada na Comissão Mista na última sexta-feira (19), o Paço chegou à reta final da tramitação pressionado pelo calendário e por críticas de vereadores que classificaram a proposta inicial como subestimada, especialmente no que diz respeito à arrecadação, às emendas parlamentares e à previsão orçamentária da Câmara.

A reação do Legislativo foi segurar a matéria até o

limite do ano, condicionando o avanço a ajustes no texto. O relatório do vereador Lucas Vergílio (MDB), apresentado com uma proposta mais restritiva ao Executivo, refletia esse ambiente ao prever limites menores de remanejamento e mecanismos adicionais de controle sobre a execução do orçamento.

A versão inicial, no entanto, não resistiu à negociação de última hora

do parlamentar com o líder do prefeito Sandro Mabel (UB), Wellington Bessa (DC), e a interferência da secretária de Governo, Sabrina Garcez. Para destravar a votação, o governo aceitou reduzir sua pretensão original de pelo menos 30% de remanejamento e fechou acordo para fixar o índice em 23% sem travas.

A concessão foi lida como composição, ainda que insuficiente para parte de parlamentares, e evidenciou a necessidade do Executivo de acomodar a base para garantir previsibilidade administrativa em 2026.

Ao mesmo tempo, o Paço teve de aceitar emendas da Mesa Diretora que asseguraram o limite constitucional de despesas do Legislativo e ampliar o espaço para emendas parlamentares, estimadas em pelo menos R\$ 5 milhões por parlamentar, ponto que havia segurado o avanço da matéria.

TUMULTO

A sessão que consolidou o acordo foi marcada por questionamentos sobre o texto em votação, pedidos de suspensão e troca de acusações entre Lucas Vergílio e Wellington Bessa sobre quebra de entendimentos, expondo um ambiente de

desconfiança mútua.

A insatisfação de Lucas Vergílio teria ocorrido diante de atropelo do Paço e descumprimento de acordo para a retirada de emendas individuais e manutenção de mecanismos de controle pela Câmara.

À Tribuna, Vergílio fez duras críticas a Bessa e disse que "ele sequer leu o relatório" e não sabia o que estava sendo votado. "A palavra dele e um risco na água é a mesma coisa". Segundo ele, o líder do prefeito descumpriu o acordo duas vezes em contexto de que "os vereadores da base estão de cócoras para o prefeito".

Com o embate, o desfecho veio com a aprovação de um voto em separado alinhado ao Paço Municipal, que preservou o percentual de 23% e incorporou emendas negociadas em plenário, enquanto os demais destaques foram rejeitados.

Na mesma manhã, a Comissão de Finanças aprovou o projeto que revoga a Taxa do Lixo, garantindo que a decisão final fique a cargo do plenário.

A reportagem tentou sucessivos contatos com Wellington Bessa, sem sucesso. A reportagem também procurou Sabrina Garcez, mas não teve retorno até o fechamento desta edição.

LIMPEZA PÚBLICA

Revogação da Taxa do Lixo expõe disputa política sobre receita fora do orçamento

A aprovação do projeto que revoga a Taxa do Lixo na Comissão de Finanças da Câmara de Goiânia, na sexta-feira (19), reabriu a discussão sobre a arrecadação gerada pela cobrança e sobre os impactos fiscais de sua eventual extinção, em meio a divergências entre vereadores e o Paço Municipal quanto ao enquadramento da receita no orçamento vigente.

Levantamento da Tribuna do Planalto mostra que, entre julho e novembro de 2025, a Taxa de Limpeza Pública e Manejo de Resíduos Sólidos (TLP) acumulou cerca de R\$ 40,7 milhões em arrecadação,

considerando valores principais, multas e juros de mora.

Vereadores favoráveis à revogação sustentam que a cobrança não estava prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pela Câmara em 2024 e que, por isso, sua extinção não caracteriza renúncia de receita nos termos da legislação fiscal.

Segundo esse entendimento, trata-se de uma arrecadação executada ao longo do exercício de 2025 sem previsão específica no orçamento aprovado pelo Legislativo.

LEGALIDADE

No Paço Municipal, a jus-

tificativa é de que a criação da taxa atende às diretrizes do Marco Legal do Saneamento Básico, que estabelece a necessidade de sustentabilidade econômico-financeira dos serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Em agosto, Mabel afirmou que, caso a lei seja aprovada pela Casa, ela será vetada e o assunto judicializado. "Se eles aprovarem essa lei lá, que tira a taxa de lixo, nós vamos vetar. Se eles derrubarem o veto, vão ser todos enquadrados na lei de responsabilidade, porque não é só o Executivo que é

enquadrado. O Legislativo também é enquadrado. Então, vão responder com o CPF deles", afirmou.

Apesar disso, o projeto de autoria do vereador Lucas Vergílio foi aprovado com voto de minerva do presidente do colegiado, Welton Lemos (SD), após empate na votação. Da base, o vereador Thialu Guiotti (Avante) não participou da sessão, o que influenciou no empate de cinco a cinco votos.

Vergílio disse à reportagem que parlamentares têm alterado suas posições ao longo da tramitação da pro-

posta e citou Lucas Kitão (UB) e Léo José (SD) como exemplos de mudanças de orientação sobre a revogação da taxa. Segundo ele, esse movimento pode indicar dificuldade para formação de maioria no plenário, caso a matéria seja levada à votação final.

Outros vereadores apontam otimismo e consideram que, caso o projeto seja levado ao plenário por inversão de pauta já na próxima segunda-feira, na sessão extraordinária já convocada, o Paço enfrentará dificuldades para reverter o placar diante da resistência popular à cobrança.

ANÁPOLIS

Prefeitura mostra rigor ao demitir médicos por irregularidades na saúde

Carlos Nathan Sampaio



Demissões após processos administrativos são defendidas e postas como medidas necessárias para proteger a população e fortalecer a rede municipal

Carlos Nathan Sampaio

A recente decisão do prefeito de Anápolis, Márcio Corrêa (PL), de determinar a demissão de servidores da Secretaria Municipal de Saúde (Semusa), em sua maioria médicos, mostrou, segundo os anapolinos, responsabilidade, rigor administrativo e limites entre o direito à defesa e o interesse público. As exonerações, publicadas no Diário Oficial do Município nesta semana, são resultado da conclusão de processos administrativos disciplinares que apontaram abandono de cargo, faltas injustificadas prolongadas e outras irregularidades consideradas graves no âmbito da rede municipal de saúde.

De acordo com os documentos oficiais, há casos em que profissionais permaneceram meses ou até anos sem comparecer ao trabalho, mesmo continuando formalmente vinculados ao serviço público e recebendo remuneração. Em pelo menos quatro processos, ficou comprovado que os servidores não retornaram às funções após o fim de licenças ou afastamentos,

ignoraram notificações da administração e não apresentaram justificativas aceitas, o que fundamentou a aplicação da penalidade máxima prevista em lei.

Além das ausências reiteradas, parte dos procedimentos também investigou condutas mais delicadas, como denúncias de assédio sexual, acúmulo irregular de cargos públicos e comportamentos considerados incompatíveis com o exercício da função. Em um dos casos, a Prefeitura de Anápolis determinou o encaminhamento do processo ao Ministério Público de Goiás (MPGO), para apuração na esfera criminal. Há ainda situações em que foi solicitado o levantamento de eventual prejuízo aos cofres públicos, com possibilidade de cobrança de valores recebidos indevidamente, caso as irregularidades sejam confirmadas.

A gestão municipal sustenta que todos os processos respeitaram o direito à ampla defesa e ao contraditório, mas que a decisão reflete uma postura mais rígida diante de irregularidades, especialmente em um setor considerado essencial.

Em declaração pública, Márcio Corrêa afirmou que “quem não trabalha não pode continuar recebendo salário público” e ressaltou que a saúde deve ser tratada como prioridade absoluta, uma vez que a população não pode ser penalizada pela ausência de profissionais.

Ainda que as medidas tenham gerado desconforto e críticas em alguns segmentos, há o entendimento de que o prefeito optou por assumir o desgaste político em nome de uma agenda de organização administrativa e responsabilização funcional, sinalizando que não haverá tolerância com práticas que comprometam o atendimento à população.

O CASO DO VICE-PREFEITO DE TEREZÓPOLIS DE GOIÁS

Entre os desligamentos, ganhou repercussão a demissão do vice-prefeito de Terezópolis de Goiás, Antônio Carlos da Silva Júnior (PSDB), que também atuava como médico na rede municipal de Anápolis. Conforme publicado no Diário Oficial, a exoneração ocorreu por faltas reiteradas ao posto de saúde, após processo admi-

nistrativo instaurado ainda em 2024. A investigação concluiu que o servidor permaneceu ausente por período superior a 30 dias consecutivos, sem justificativa legal válida, caracterizando abandono de cargo.

A defesa do médico, em nota encaminhada a um jornal de circulação estadual, argumentou que não teria sido comprovada a intenção deliberada de abandonar o cargo e apontou supostas falhas administrativas e desorganização institucional. Também afirmou que a viagem do médico à Europa não teria relação com os fatos apurados, por se tratar de assunto de natureza pessoal. Já a Prefeitura de Terezópolis informou que Antônio Carlos também estaria ausente de suas funções como vice-prefeito, sem justificativa formal, há um período considerado significativo.

Do ponto de vista da gestão de Anápolis, o caso foi tratado como estritamente administrativo, baseado em registros oficiais de frequência, documentos e oitivas, sem distinção de cargos ou posições políticas. A Prefeitura reforçou que outros proces-

sos semelhantes ainda estão em fase final de análise, sob caráter sigiloso.

Vale lembrar que o Tribuna de Anápolis entrou em contato com o médico e vice-prefeito para solicitar um posicionamento oficial, mas, até a publicação desta reportagem, não houve retorno. Antônio Carlos também não se manifestou publicamente sobre a demissão e, nos dias em que foi exonerado, limitou-se a publicar vídeos gravados em Portugal, nos quais fala sobre temas relacionados à saúde, sem abordar o caso.

A reação da população nas redes sociais às exonerações foi intensa e, em sua maioria, marcada por indignação e cobrança por mais rigor na administração pública. Comentários com termos como “vergonha” e “vexame” foram recorrentes, assim como pedidos para devolução de valores aos cofres públicos e atuação do Ministério Público. Ao mesmo tempo, houve apoio significativo ao prefeito Márcio Corrêa, com mensagens elogiando a postura firme da gestão e defendendo um pente-fino mais amplo na administração municipal.

Também surgiram críticas políticas, especialmente envolvendo o vice-prefeito de Terezópolis, além de ironias sobre a classe política em geral. Em menor número, alguns comentários demonstraram preocupação com a escassez de médicos na rede pública e questionaram possíveis impactos no atendimento. Ainda assim, predominou a percepção de que as exonerações representam um recado duro, porém necessário, diante de práticas vistas como prejudiciais ao serviço público e ao contribuinte.

Câmara inaugura Memorial com história do Legislativo

O Poder Legislativo inaugurou, na noite de 15 de dezembro, o Memorial da Câmara Municipal de Anápolis, instalado no hall de entrada da Casa. A exposição reúne fotografias e registros físicos que retratam diferentes períodos da história política do município. A abertura ocorreu após solenidade conduzida pela presi-

dente do Legislativo, vereadora Andreia Rezende (Avante), que homenageou servidores efetivos, aposentados e ex-vereadores.

O memorial tem como objetivo preservar e divulgar a trajetória institucional da Câmara Municipal, reunindo documentos e imagens que ajudam a contextualizar decisões, personagens e

momentos relevantes do Legislativo anapolino. Segundo Andreia Rezende, o projeto foi desenvolvido em conjunto com os parlamentares e busca valorizar a memória institucional como parte do funcionamento cotidiano da Casa.

Durante a solenidade, a presidente destacou que o espaço representa uma etapa

inicial de um trabalho contínuo de pesquisa, organização e curadoria histórica, já que muitos registros do passado são limitados ou fragmentados. Ela também ressaltou que o memorial será mantido em constante atualização.

O prefeito Márcio Corrêa (PL) participou da cerimônia e enfatizou a relevância do

memorial para a compreensão do desenvolvimento político e social da cidade. O ex-presidente da Câmara, Amilton Batista, e o presidente da Comissão do Memorial, Orivaldo Pires, também destacaram a importância do espaço como instrumento permanente de preservação da memória institucional e histórica do município.



Herivelto Nunes

herivelto.nunes.57@outlook.com

CBF quer diminuir o número de estrangeiros no Brasileiro

A Confederação Brasileira de Futebol indicou que pretende diminuir o limite de jogadores estrangeiros por time no Campeonato Brasileiro da Série A. A medida ainda vai ser debatida com as agremiações durante o ano de 2026. Anteriormente, eram permitidos até cinco jogadores de outros países por time na competição. A pedido dos clubes, esse número passou para sete e atualmente são nove atletas estrangeiros por cada equipe na série A.

Houve uma manifestação na CBF para diminuir esse número. Se a redu-

ção for aprovada, seria aplicada de forma gradativa. O movimento representa uma mudança em relação aos últimos anos, quando o número de estrangeiros permitidos vinha sendo ampliado gradualmente. Agora a CBF trabalha com a possibilidade de reduzir esse limite, ainda sem definição sobre qual seria o novo patamar. A proposta gerou debate imediato entre os representantes dos clubes, que buscam entender o impacto da medida no planejamento esportivo e financeiro de seus elencos. O assunto volta a ser debatido em março de 2026.



Memphis Depay, craque holandês no futebol brasileiro

Divulgação

Raimundo Queiroz volta ao futebol e decepciona torcida

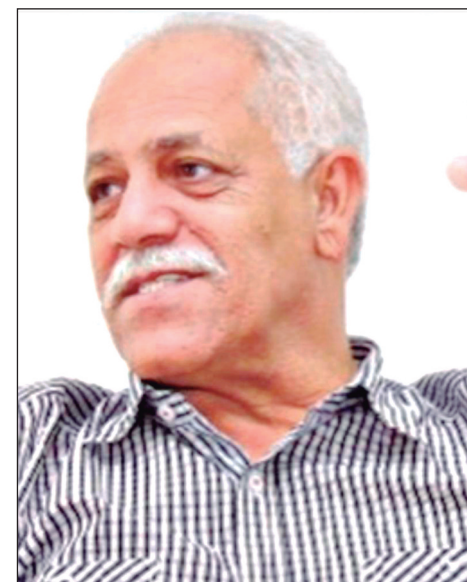
Depois de sucessivos fracassos no futebol estadual e nacional, a torcida do Goiás não se cansa de pedir a volta de Raimundo Queiroz, o principal dirigente da história do clube, depois de Hailé Pinheiro. Queiroz, por sua vez, tem reiterado que seu tempo no futebol já passou, frustrando a vontade da grande torcida esmeraldina. Mas Raimundo Queiroz contrariou suas próprias convicções e retorna ao futebol como CEO do Palmas Futebol e Regatas, do estado do Tocantins.

O time tocantinense conquistou a segunda divisão do campeonato estadual e espera em Raimundo Queiroz o início de uma grande reestruturação visando as disputas da elite do futebol

tocantinense. Raimundo Queiroz marcou sua vida como dirigente de futebol com sua passagem vitoriosa pelo Goiás, mas dirigiu também outros clubes do futebol brasileiro. A ida de Raimundo Queiroz para o Palmas deixa uma certa indignação no torcedor esmeraldino. O dirigente não atendeu aos apelos, quase uma súplica, para voltar a dirigir o time da Serrinha, mas preferiu trabalhar em um time quase amador e de pouquíssima relevância no cenário esportivo nacional.

O vitorioso dirigente, que marcou a história do Goiás ao levar o clube a disputar a Copa Libertadores da América, era a esperança da torcida para mudar os rumos do clube, que a cada ano

diminui sua importância no futebol regional e nacional. A ideia era a formação de um grupo opositor forte, com os principais ex-dirigentes do clube e derrotar o atual grupo que manda no Goiás há tantos anos. Raimundo Queiroz deveria se aliar a Sérgio Rassi, Cyd de Oliveira, Vagner Vilela, Amarildo Gonçalves e outros, para assumir os destinos do clube, promover mudanças no Estatuto, abrir o Goiás para a participação de mais sócios nos processos eleitorais e dar um basta na velha gestão familiar que afunda o Goiás a passos largos. Com a ida de Raimundo Queiroz para o futebol do Tocantins, a oposição esmeraldina se torna mais fragilizada.



Raimundo Queiroz, sonho da torcida esmeraldina, vai dirigir o modesto Palmas

Sonho do bi continua vivo na Colina

Depois de mais um campeonato brasileiro decepcionante, o Vasco da Gama volta a alimentar o sonho do torcedor com a possibilidade de conquistar o bicampeonato da Copa do Brasil. Para isto, basta vencer o Corinthians na noite deste domingo no estádio do Maracanã,

uma vez que a primeira partida da decisão ficou empatada sem gols na Arena Neo Química, em São Paulo. O último título do Vasco foi conquistado em 2011, quando foi campeão desta mesma Copa do Brasil superando o Coritiba.

O Vasco conta, como destaques,

o goleiro Léo Jardim, o meia Felipe Coutinho e o atacante Rayan, de apenas 19 anos, para derrotar o Corinthians na noite deste domingo e conquistar o título de bicampeão da Copa do Brasil. Mas o Gigante da Colina terá de superar o complicado time dirigido por

Dorival Junior, que já conquistou esta competição em três oportunidades. Os principais jogadores do Corinthians são o goleiro Hugo e o meia atacante holandês Memphis Depay. Todos os ingressos para a grande decisão de domingo já foram comercializados.



Coletiva no Goiás, muita expectativa, poucas novidades

✓ A esperada entrevista coletiva da diretoria do Goiás, realizada na última quarta-feira, foi um "balde de água fria" naqueles que esperavam o anúncio de novas contratações e renovação de pensamento para o clube em 2026.

- ✓ Apenas Aroldo Guidão, do Conselho que administra o Goiás, esteve presente na coletiva. O dirigente falou sobre a "gastança" dos últimos dois anos, que não resultou em nenhuma conquista, afirmando que essa situação não deverá se repetir.
- ✓ Na coletiva, foram apresentados o diretor técnico Michel Alves e o treinador Daniel Paulista. O novo comandante afirmou que pretende deixar sua marca na passagem pelo Goiás, conquistando os títulos que o clube vai disputar.
- ✓ Aroldo Guidão não revelou qual será o orçamento para 2026, mas afirmou que o diretor de futebol Michel Alves, e o técnico Daniel Paulista terão um elenco de qualidade para buscar os objetivos da temporada.
- ✓ Dois jogadores das categorias de base do Vila Nova, foram negociados com o Flamengo. O volante Raimundo e o atacante Heitor, ambos de 16 anos, vão defender a camisa do time da Gávea em 2026.
- ✓ O Vila Nova vai receber cerca de R\$ 1 milhão e continuará com 50% dos direitos dos atletas em futuras negociações. O volante Raimundo é considerado uma das principais promessas do Tigre.
- ✓ O Atlético Goianiense vai oficializar a compra do zagueiro Tito, de 25 anos, que estava emprestado ao Dragão pelo Maringá, até o final desta temporada. Os valores da transação não foram revelados.

ESCOLA

PROJETO

“SUS da Educação” ou mais um plano na gaveta?

Reprodução/Seduc

Fátima Gavioli, secretária de Educação de Goiás, destaca que o plano anterior cumpriu apenas 30% das metas e pede “políticas executáveis” para o novo PNE

Dhayane Marques

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou na última quarta-feira (10) o projeto de lei que institui o novo Plano Nacional de Educação (PNE) para a próxima década, um marco regulatório que promete revolucionar a gestão educacional brasileira através da criação de um Sistema Nacional de Educação (SNE) — frequentemente comparado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em sua ambição e abrangência.

A proposta, que agora segue para análise do Senado Federal, estabelece um cronograma ousado de metas, incluindo a elevação gradual do investimento público em educação para 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) em sete anos, atingindo 10% ao final do decênio. Paralelamente, fixa objetivos concretos como a universalização da pré-escola em dois anos, a alfabetização de 80% das crianças até o segundo ano do ensino fundamental em cinco anos, e a conexão de 75% das escolas públicas à internet de alta velocidade no mesmo período.

Contudo, sob o otimismo oficial, um ceticismo profundo ecoa diretamente das trincheiras da gestão educacional. Em entrevista, a secretária de Educação de Goiás, Fátima Gavioli, que ajudou a construir o PNE anterior, lança um alerta contundente baseado na experiência prática. “O Brasil é o país dos documentos. Adora falar que agora vai acontecer porque foi criado um plano, foi criada

uma lei”, pontua Gavioli.

Sua crítica vai além da retórica, ela estima que apenas 30% das metas do plano 2014-2024 foram efetivamente cumpridas, um histórico que põe em xeque a cultura do planejamento sem execução. “Quantos professores leram o PNE, que durou 10 anos?”, provoca, destacando o abismo entre a formulação das políticas e a realidade das salas de aula.

Esse ceticismo, porém, é contrabalançado por uma visão que enxerga no novo plano uma oportunidade estrutural de mudança. Para o professor doutor João Ferreira de Oliveira, da UFG, a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE) — o “SUS da Educação” — é um marco civilizatório tardio, capaz de superar a fragmentação histórica entre os entes federados através de uma governança democrática e colaborativa. Seu otimismo é compartilhado, com ressalvas técnicas, pela organização Todos Pela Educação. Em análise ao projeto, a entidade reconheceu “avanços importantes”, como o fortalecimento do monitoramento e a previsão de planos de ação bienais, que podem tornar as metas instrumentos efetivos de gestão. Juntos, professor e entidade apontam que o valor do novo PNE pode residir justamente em seus mecanismos para transformar documentos em ação coordenada, desde que haja o indispensável compromisso político e orçamentário.

A ARQUITETURA DA MUDANÇA

No centro do novo PNE está a efetiva implementação do SNE, uma arquitetura de gestão que pretende superar a histórica fragmentação entre União, estados e municípios. O professor doutor João Ferreira de Oliveira, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), explica que hoje o Brasil opera com “sistemas de ensino” desconectados. “Cada estado tem o seu sistema próprio”, afirma.

O SNE propõe uma governança democrática e articulada. “A ideia é que funcione na lógica da colaboração”, destaca Oliveira. Ele vê o sistema como



A meta audaciosa do novo PNE quer destinar 10% da riqueza nacional à educação pública até 2034

um mecanismo vital para corrigir assimetrias históricas: “O propósito maior é garantir o direito à educação com qualidade... corrigir as distorções e as desigualdades regionais”. Para o especialista, o SNE representa um compromisso de Estado que deve transcender governos, assim como o SUS.

O ABISMO ENTRE A META E A REALIDADE

A fala contundente da secretária Fátima Gavioli expõe a principal tensão do plano: a desconexão entre as metas ambiciosas e a realidade orçamentária e estrutural das redes de ensino.

“Não adianta você estipular metas se você não monitorar e prever o orçamento”, alerta Gavioli. Ela critica a fixação de porcentagens altas (como 85% ou 100% para alfabetização) como “uma métrica impossível” e “perigosa”, que pode até levar gestores a responder por improbidade administrativa se não forem alcançadas. “A saída que eu tenho? Se eu alfabetizar 85%, eu vou ‘alfabetizar’ 100% no documento”, ironiza.

O diagnóstico da secretária aponta para um estrangulamento financeiro crônico que inviabiliza as grandes promessas. “O orçamento cada dia vai diminuindo mais... a possibilidade de que quase 70% dele esteja comprometido só com a folha de pagamento é muito grande”, alerta. Diante desse cenário de contas que não fecham, sua postura é de um pragmatismo resignado. “O que cabe a nós, como secretário, fazer? Trabalhar muito para

SAIBA MAIS

Pilares do Novo Sistema (O “SUS da Educação”):

- ✓ Regime de Colaboração com Governança: Criação de instâncias permanentes (Comissões Intergestores) onde União, estados e municípios planejam e executam políticas conjuntamente.
- ✓ Redução de Desigualdades: Foco em direcionar recursos e esforços para nivelar a qualidade do ensino em todo território nacional.
- ✓ Financiamento Integrado: Otimização da aplicação dos recursos (ex: Fundeb) para garantir o Custo Aluno-Qualidade (CAQ) em toda escola pública.
- ✓ Base de Dados Unificada: Integração de matrículas, avaliações e formação docente em sistemas nacionais para monitoramento em tempo real.
- ✓ Participação Social: Canais formais para que sociedade civil e Legislativo acompanhem metas e aplicação de recursos.

tentar tornar esse plano, daqui a 10 anos, o mais próximo possível da realidade”, conclui, expondo a desconexão entre as metas nacionais e a crueza orçamentária nos estados.

POTENCIAL E RISCOS

A análise técnica do Todos Pela Educação, organização da sociedade civil, reconhece avanços no texto aprovado, como a ênfase na qualidade, a previsão

de planos de ação bienais e a inclusão de um objetivo específico sobre sustentabilidade socioambiental. No entanto, em nota publicada em outubro de 2025, a organização já alertava para a necessidade de metas “mais realistas” e de um alinhamento perfeito com a Lei do SNE — ecoando, de forma técnica, as preocupações práticas de Gavioli.

O professor João Ferreira, por outro lado, mantém um olhar otimista sobre o potencial de transformação. Ele acredita que o SNE, ao integrar dados e criar instâncias de debate permanente, pode levar a um salto na valorização dos profissionais (combatendo a precarização que atinge 50% dos professores) e a um monitoramento contínuo que evite o abandono do plano, como ocorreu parcialmente com a edição anterior.

“O Brasil está precisando de políticas executáveis. O Brasil não precisa mais de gente que constrói documentos sem nunca ter entrado numa sala de aula”, aponta Fátima Gavioli, secretária de Educação de Goiás.

O CAMINHO À FRENTE: DO SENADO ÀS SALAS DE AULA

O projeto agora tramita no Senado Federal, onde pode sofrer ajustes. O ministro da Educação, Camilo Santana, espera sua aprovação ainda este ano. O desafio legislativo é aprimorar o texto. O desafio político e gerencial, no entanto, é colossal: construir a ponte entre a arquitetura ambiciosa do “SUS da Educação” e a complexidade do chão da escola brasileira.

Enquanto o governo federal aposta no planejamento de longo prazo como farol, gestores estaduais e municipais, como Fátima Gavioli, cobram “apoio” concreto e “orçamento” compatível. A década que se inicia será o teste definitivo para saber se o novo PNE será, de fato, um sistema transformador, ou apenas mais um “documento” na prateleira, como define a secretária. O futuro de milhões de estudantes depende de qual destes caminhos prevalecerá.